Meio: Diário de Notícias
Data: 29 -08-2017

Mexidas nos escalões do IRS não convencem fiscalistas

O governo quer aumentar a progressividade do imposto, criando mais escalões. Medida pode chegar a 1,5 milhões de famílias

Mais do que mexer nos escalões do IRS, o governo deveria aliviar os contribuintes através de uma revisão das tabelas de retenção na fonte, defende o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Rogério Fernandes Ferreira. "Cada vez é maior o número de contribuintes a receber devoluções anuais de IRS. É um escândalo porque corresponde a um empréstimo público forçado que o Estado faz há anos com retenções na fonte mensais mais elevadas do que o que seria necessário", diz o fiscalista ao DN/ /Dinheiro Vivo, que lembra que a medida tem ainda a vantagem de "não ter efeito no défice no ano seguinte", porque os reembolsos diminuem. Já Francisco Mendes da Silva, da equipa fiscal da Morais Leitão, Galvão Teles, considera que as mexidas nos escalões do IRS e a anunciada intenção do governo em aumentar a progressividade deste imposto "não vai trazer, nem justiça fiscal nem social". "A progressividade do IRS vai continuar a ser compensada com a elevada tributação indireta, designadamente do imposto sobre os produtos petrolíferos", refere. Francisco Mendes da Silva diz que "só pensando no sistema fiscal como um todo" será possível promover uma maior equidade social. "Além da redução dos impostos indiretos é preciso continuar a reforma do IRC, que permite criar emprego e promover o crescimento económico, indutor de igualdade social", defende.

O governo tem vindo a assumir dispor de uma folga de 200 milhões de euros para aliviar a carga fiscal à classe média. O desdobramento do segundo escalão em dois parece garantido - o primeiro-ministro deixou claro, no discurso da rentrée do PS, em Faro, que pretende aumentar os escalões -, mas a intenção é ir mais além, mexendo também no terceiro escalão e respondendo às pretensões do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista. O Público citava ontem fonte governamental dando conta da intenção de alterar as regras dos escalões superiores para que estes não beneficiem do alívio do segundo e do terceiro escalões, que poderá vir a beneficiar cerca de 1,5 milhões de famílias.

Os 5 escalões de IRS em 2017

Rendimento	Taxa aplicável	Taxa média
até 7091 euros	14,50%	14,5%
+ 7091 até 20 261	28,50%	23,6%
+ 20 261 até 40 522	37%	30,3%
+ 40 522 até 80 640	45%	37,61%
+ 80 640	48%	-

Como o fará é a grande incógnita já que, sendo o IRS um imposto progressivo, os escalões mais elevados beneficiam sempre de qualquer mexida nos patamares mais baixos. Segundo o diário, o governo trabalha em duas alternativas diferentes, seja por via da limitação das deduções fiscais nos escalões mais elevados, seja por via da alteração dos limites quantitativos de cada um deles. Luís Leon, fiscalista da Deloitte, assume ao DN/Dinheiro Vivo a sua "enorme curiosidade" sobre qual a formulação técnica escolhida até porque, lembra, a limitação das deduções implica que só será afetado quem tem despesas. "Basta pensar numa família que não tem filhos e, por isso, tem muito menos despesas de saúde e de educação. Será muito menos afetada do que quem tem filhos", diz. Luís Leon assume que "tecnicamente perceberia melhor o aumento das taxas dos escalões mais elevados". Coisa que o governo não quer fazer para evitar uma perceção de aumento de impostos. "O escalão mais alto já paga 56% de imposto (48% + 5% de taxa adicional de solidariedade + 3,21% de sobretaxa), uma das taxas mais altas do mundo", frisa.